

A desindexação vem. Mas quando?

Pelo menos por enquanto, os ministros "políticos" (Leitão de Abreu, Octávio Medeiros, Rubem Ludwig e Danilo Venturini) não deixarão passar a proposta dos ministros "econômicos" (Delfim Neto e Ernane Galvães) para a desindexação dos salários. No entanto, políticos e empresários reconheceram ontem a medida como inevitável, recomendando apenas que ela seja geral (atingindo também a correção monetária) e implantada gradualmente.

Em Belo Horizonte, o governador Tancredo Neves, do PMDB, avalizou a proposta, dizendo que a medida precisa "atingir todos os eixos da economia, deve ser abrangente, deve mexer em tudo e não apenas nos salários. A unanimidade dos economistas brasileiros apóia a desindexação. Só existem divergências em relação a onde deve começar a medida. A indexação não passa de artificialismo. É chegada a hora de restabelecer a verdade dos preços".

Apesar das manifestações de apoio à desindexação negociada e gradual, o comando político do governo hesita. Por enquanto, resiste apenas às investidas da tróica econômica em favor de uma desindexação violenta dos salários. Segundo nosso comentarista político em Brasília, Carlos Chagas, as mudanças não foram aprovadas porque existe o temor de que seriam "capazes não só de provocar explosões sociais imprevisíveis mas de esfacelar a base política do governo, rompendo o acordo do PTB com o PDS e levando a legenda oficial à maior rebelião dos últimos tempos".

O presidente da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), Roberto Konder Bornhausen, também acha razoável que a medida tenha caráter geral, embora admitindo que sua adoção é um pouco complexa. "Não seria possível a convivência de uma ORTN com correção monetária normal e uma ORTN com correção cambial. Se não fizermos a desindexação, porém, teremos provavelmente muita inflação a curto prazo, atingindo principalmente os rendimentos do trabalho. Sem a desindexação, o custo será do trabalho. Com a desindexação, tanto o capital quanto o trabalho serão punidos."

Apoio da CNI

Em Aracaju, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, defendeu ontem a adoção imediata da desindexação geral (INPC, correção monetária e correção cambial), como complementação do pacote econômico anunciado quinta-feira pelo governo.

Embora ressalvando que somente na terça-feira a CNI divulgaria sua posição oficial sobre o pacote econômico, Franco salientou como válidas duas das medidas anun-

É quase uma certeza: a desindexação geral da economia terá de vir para completar o pacote. Mas o comando político do governo continua resistindo à idéia, que agora passa a ser tema de uma discussão nacional.

ciadas pelo governo e que, segundo ele, há muito tempo vinham sendo reivindicadas pela Confederação: a redução do IOF e a suspensão do contingenciamento de crédito para o setor privado.

O presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, José Papa Júnior, afirmou ontem que "o expurgo do INPC, a propósito da desindexação da economia, é inadmissível, pois este indicador deixará de refletir a realidade para se tornar um processo matemático de concentração de renda". Afinal "deixar de considerar os efeitos da maxidesvalorização do cruzeiro ou o aumento dos preços dos derivados do petróleo no INPC, não vai eliminar os efeitos reais desses aumentos sobre os preços, mas criará, certamente, uma falsa idéia da realidade".

— A Federação do Comércio tem plena consciência de que a indexação é inflacionária, impedindo até mesmo o combate à inflação, mas sabe também que nenhuma economia moderna pode ser totalmente desindexada. No caso brasileiro, sua estrutura econômica exige que se mantenha a indexação para os salários e que, gradativamente, sejam desindexados os setores financeiros e de produção, pois são os que possuem amplos mecanismos de defesa contra os aumentos de preços e de custos.

Enquanto os demais setores da economia têm amplas possibilidades de neutralizarem os aumentos de preços decorrentes da retirada dos subsídios à agricultura ou da elevação dos preços dos derivados do petróleo, os assalariados têm de absorvê-los na íntegra, com reflexos em seu poder aquisitivo e em seu padrão de vida. O presidente da Federação do Comércio de Minas Gerais, deputado federal Nilton Veloso (PDS), disse ontem, em Belo Horizonte, que o pacote econômico do governo foi incompleto porque não inclui o expurgo dos salários. Ele defendeu a negociação direta entre empregados e empregadores como a única forma de se conter o desemprego. Disse que não se deve expurgar nada somente dos índices do salário mínimo.

— Se as medidas foram adotadas para dar uma satisfação ao FMI, acho que elas atingiram seu

objetivo, mas tenho minhas dúvidas se elas resolverão os problemas brasileiros. Os que defendem a não-desindexação na verdade se iludem, porque no final quem paga mesmo é o consumidor, que recebe os repasses dos aumentos.

As teses de Campos

O senador Roberto Campos (PDS-MT) disse ontem, em Salvador, que não é favorável à desindexação dos salários mas sim ao expurgo do cálculo do INPC da inflação resultante das medidas adotadas pelo governo, anteontem. O senador alertou a sociedade para que se preocupe mais com o nível de emprego que com o nível de salários, pois "pior que um salário injusto é um salário zero".

Disse que se fosse ministro do Planejamento já as teria adotado há mais tempo. Ele voltou a defender, como complemento das medidas, o fim dos reajustes semestrais e a livre negociação entre patrões e empregados.

Para Roberto Campos, o reajuste semestral foi "uma idéia bem-intencionada que deu maus resultados; uma experiência frustrante, pois com ela a inflação dobrou e principalmente as pequenas e médias empresas foram obrigadas a demitir funcionários e outras diminuíram seus investimentos. É melhor portanto a negociação que não gera desemprego nem leva empresas à falência".

Outra "idéia bem-intencionada que deu maus resultados" foi a unificação do salário mínimo, "uma carícia fatal para o Nordeste", pois eliminou a vantagem oferecida aos empresários no investimento na região, já que São Paulo tem mais produtividade, melhor infra-estrutura e maior mercado de consumo.

Na conferência que fez sobre "Emprego e Desemprego" na Fundação Baiana para Estudos Econômicos e Sociais, o senador disse que o governo "deve criar incentivos para que se empregue e criar constrangimento para que não se desempregue", e advertiu: "Desburocratizar não basta, é preciso desestatizar".

O governo deve "expandir o Estado-social na proporção em que consiga comprimir o Estado-empresário". A concentração de recursos na área social gera empregos na construção de infra-estrutura — em vez disso, o que se nota é que o Estado tem aplicado muito mais na área empresarial nos últimos anos; os investimentos sociais no Estado, que representavam 4,16% do PIB em 1979, caíram para 1,73% em 1982.

Apontou ainda, como causa da crise de desemprego, a não aplicação do Estatuto da Terra, o que, em sua opinião, levou à "desertificação do campo" e ao consequente agravamento do desemprego nas zonas urbanas.